

ANÍSIO TEIXEIRA E O PLANO DE EDUCAÇÃO DE BRASÍLIA

PEREIRA, Eva Waisros – UnB

ROCHA, Lúcia Maria da Franca – UFBA

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Introdução

O presente estudo propõe-se analisar o plano educacional de Brasília, formulado por Anísio Teixeira, no final da década de 50, quando ocupava o cargo de direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Com este trabalho, pretende-se contribuir para a construção da história da educação de Brasília. Os estudos nesse campo são praticamente inexistentes e os poucos já elaborados, extremamente pontuais. O tema deste estudo, embora de caráter regional, é de relevância para a história da educação brasileira. O sistema de educação proposto para a nova Capital segue uma concepção escolar que se pretende inovadora, concebida como modelo alternativo ao existente, e a produção de conhecimento a respeito é de interesse para a Nação, uma vez que seu idealizador objetivava que as escolas da Capital Federal constituíssem exemplo para o sistema educacional do País.

O plano foi concebido a partir da experiência bem sucedida do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como Escola-Parque, implantado em Salvador. Anísio Teixeira afirmava que, “baseado no modelo deste Centro, de Salvador, Bahia, foi organizado o sistema escolar de Brasília” (1962:27), traduzido no documento intitulado “Plano de Construções Escolares de Brasília”.

A pesquisa procurou explorar as especificidades dessa proposta apoiando-se na produção de Anísio Teixeira, principalmente a dos anos 50 e subseqüentes, no sentido de apreender as incorporações que esse educador introduziu no seu pensamento educacional, a partir da leitura que realizou da sociedade brasileira e do papel da educação. Optou-se por esse caminho porque os documentos relacionados ao objeto de estudo, levantados nos arquivos, são em número muito reduzidos. Certamente esse fato decorreu do momento histórico vivido pelo País, começo dos anos 60, quando se inicia processo de crise política que culminaria com o Golpe Militar de 1964 e a perseguição política a Anísio Teixeira.

Antecedentes históricos

A construção da nova capital do Brasil constituía-se em uma das metas da política nacional-desenvolvimentista implementada pelo governo Juscelino Kubitschek. Brasília seria um ponto de germinação para o interior, visando à integração entre centros urbanos e regiões agropecuárias, por meio de um complexo rodoviário.

Para viabilizar esse empreendimento, foi criada, em 1956, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), diretamente subordinada ao Presidente da República. Além de responsabilizar-se pela construção de Brasília, essa instituição encarregou-se de criar diversos organismos ou setores necessários ao funcionamento da cidade. Em decorrência, criou-se, no final de 1956, o Departamento de Educação e Saúde, mais tarde denominado Departamento de Educação e Difusão Cultural, cuja finalidade era promover atividades educacionais, em caráter emergencial, até a implantação definitiva do sistema educacional do Distrito Federal.

Em meados de 1957, com a chegada das primeiras famílias de operários e funcionários ao Planalto Central, o número de crianças passou a ser uma preocupação por parte do poder público, preocupação essa que aumentava na medida em que crescia o fluxo migratório para Brasília.

Por iniciativa do Departamento de Educação e Difusão Cultural, foram criadas as primeiras escolas provisórias da nova Capital. Para tanto, o referido Departamento, sob a coordenação do médico Ernesto Silva, buscou assessoramento técnico junto ao educador Anísio Teixeira, então diretor do INEP. Nessa ocasião, foi-lhe também solicitada orientação geral sobre o sistema escolar da nova capital do País.

Em 1959, foi instituída, no Ministério da Educação e Cultura, a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB)¹, tendo Anísio Teixeira dela participado como membro da Comissão Deliberativa. Responsabilizando-se pela elaboração do referido plano, o educador deu origem ao documento intitulado “Plano de Construções Escolares de Brasília”, que veio a público em 1961, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos².

Homem do seu tempo, Anísio propugnava a emancipação da Nação e do homem brasileiro, como meio de superar o subdesenvolvimento. Na década de 50, foi convidado a integrar os quadros do ISEB, uma das instituições responsáveis pela elaboração e sistematização da ideologia nacional desenvolvimentista. Nesse contexto,

¹ Ver, Decreto Presidencial n. 47.472, de 22 de novembro de 1959.

² Ver, Anísio Teixeira. *Plano de Construções Escolares*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos n° 81, volume 35, jan/mar- 1961, p.195-199.

seu pensamento influencia as formulações cepalinas e isebianas e por elas é influenciado, mas, ao longo do tempo, vai refinando as suas idéias, distanciando-se das formulações desses organismos (Barreira, 1989:4). Na leitura de Anísio, a emancipação não se colocava apenas em relação a estratégias de ordem econômica, estatizantes, defendidas, na década de 50, por intelectuais ligados à CEPAL e ao ISEB, mas, vinculava-se, sobretudo, a condições subjetivas, como a alienação, cuja superação implicaria a mudança de mentalidade e a tomada de consciência pelos brasileiros do atraso social, econômico, político e cultural do País. A formação de um novo homem, consciente, capaz de integrar-se socialmente no “mundo moderno, tão impessoal e racionalizado”, tornava-se, no seu ponto de vista, uma questão de sobrevivência (Barreira, 2000:23-35). E essa tarefa, a seu ver, somente poderia ser atribuída à escola pública e à organização de um novo sistema educacional, uma vez que os sistemas educacionais existentes não respondiam às exigências de formação desse novo homem da sociedade industrial. Dessa forma, salientava a importância da escola:

(...) Só a escola e uma escola verdadeiramente de estudo e de conhecimento do Brasil poderá mostrar-nos o caminho para esse imenso esforço de emancipação nacional. Tal escola não poderá ser a escola privada mas a escola pública, pois só esta poderá vir a inspirar-se nessa suprema missão pública, a de nacionalizar o Brasil (Teixeira, 1976:322)³.

(...) O problema da educação não é hoje, pois, somente uma questão de progresso ou desenvolvimento, mas o da própria sobrevivência individual numa sociedade nova, superorganizada e impessoal, em que se faz extremamente difícil o senso de participação consciente. Ora, sem este senso de participação torna-se difícil, senão impossível, a sobrevivência da própria sociedade (Idem, p. 324).

Cabe destacar, ainda, que Anísio Teixeira, levado na década de 50 à direção do INEP, promoveu a reestruturação do órgão, transformando-o na “repartição do ensino primário”. Essa instituição, antes reduzida a atividades meramente burocráticas, tornou-se, então, verdadeiro poder paralelo dentro do Ministério da Educação. Enquanto a este cabia a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino médio e superior, àquele órgão foi delegada a incumbência de promover assistência técnica aos sistemas estaduais de ensino, fundamentalmente as escolas primárias. Utilizando-se da força dessa delegação do governo federal, Anísio criou, na estrutura do INEP, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e cinco centros regionais, que desempenharam papel relevante no desenvolvimento da pesquisa social e educacional do País, além da importância que tiveram as atividades de cunho prático, desenvolvidas

³ O texto é uma compilação do artigo publicado na revista Senhor, de setembro de 1960.

no âmbito desses Centros, como a instalação de escolas de experimentação e demonstração e da promoção de cursos de aperfeiçoamento do magistério. (Mendonça, 1997:31) A perspectiva experimentalista presente no CBPE evidencia a grande influência que tiveram, na formação de Anísio, as idéias e ações de John Dewey – a mais importante figura do pragmatismo no campo da educação (Moreira, 1997:146)⁴.

No seu discurso de posse no INEP, Anísio salientou que a revolução tecnológica, que então se iniciava, trazendo consigo uma série de conseqüências práticas no modo de viver, na divisão social do trabalho, no surgimento da produção em massa, na crescente urbanização, entre outros fatores, reclamava um sistema universal de educação até aquela época inexistente. Assim, essas questões acabavam por “resultar na imposição de um sistema de educação nacional de novos deveres, novos zelos, novas condições e novos métodos” (Teixeira,1952:71).

Em face de suas idéias, do seu espírito empreendedor, larga experiência e conhecimento aprofundado da política educacional brasileira, Anísio Teixeira credenciava-se a propor um plano de educação inovador para a capital do País, inspirado nas concepções pedagógicas pragmatistas e voltado para o desenvolvimento.

O plano educacional de Brasília: propósitos e diretrizes

Anísio Teixeira propugnava por transformações educacionais que viabilizassem a adequação do sistema de educação ao estado democrático moderno. Entre as suas atribuições à frente do INEP, cabia-lhe a responsabilidade pela política e planejamento educacional⁵. Consciente, porém, das dificuldades que se sobrepunham às mudanças preconizadas, em face da insuficiência de recursos econômicos, materiais e humanos, propôs que as bases da reorganização institucional fossem inicialmente lançadas no ensino primário, mediante a instalação de centros de demonstração, distribuídos pelas diversas regiões do País.

Nessa perspectiva, não seria Brasília um *locus* ideal para a implantação da escola renovada? O que significaria implantá-la numa cidade nova, moderna, a partir do nada existente, sem as amarras da tradição? Que influência poderia exercer nos domínios da

⁴ Anísio Teixeira, ainda na década de 20, morou nos Estados Unidos, primeiro em Chicago e, depois em Nova York, onde estudou em universidades nas quais John Dewey havia lecionado e desenvolvido experiências para o desenvolvimento de seu método empírico-experimental de filosofar (Moreira, 1997, 148).

⁵ Ver Decreto 38.460, de 28/12/1955, Art.2º, itens I e II.

educação do País? Em que medida iria se refletir no sentido e direção das tendências do ensino? (Lourenço Filho, 1960:171).

Tais preocupações parecem ter sido centrais no planejamento educacional da nova Capital. Na parte introdutória do plano, acha-se claramente explicitado que:

O plano de construções escolares para Brasília obedeceu ao propósito de abrir oportunidade para a Capital Federal oferecer à Nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do País (Teixeira, 1961:195).

Com efeito, tudo fazia crer que Brasília reunia as condições propícias para a implantação de um sistema de educação modelar. Por um lado, o governo brasileiro tinha em vista convertê-la “num amplo campo de experimentação de técnicas novas” (Kubitschek, 2000:140) e, o que é fundamental, assegurava verbas para, com a rapidez necessária, construir as escolas; por outro lado, na nova Capital havia disponibilidade plena de espaços físicos para a edificação dos complexos conjuntos escolares propostos, o que certamente não ocorria nas capitais e grandes cidades já estruturadas.

O plano arquitetônico da cidade, traçado por Lúcio Costa, definira *a priori* a estrutura básica da implantação da rede física dos estabelecimentos de ensino (1984: 101), com a distribuição equidistante e equitativa das escolas. A cidade seria organizada em super-quadras com blocos residenciais, e nelas se localizariam as escolas primárias, de modo que as crianças percorressem o menor trajeto possível para atingi-las, sem interferência com o tráfego de veículos. Já as escolas secundárias, que se destinavam aos jovens e adolescentes, seriam construídas em locais pré-determinados e de fácil acesso, onde também se localizariam a igreja, o cinema, o comércio de varejo, etc.

Viñao Frago e Escolano, ao analisarem o surgimento das cidades e o local de construção da escola, salientam que desde o século XIX, um dos critérios para eleição do espaço escolar era a segurança das crianças: “Junto à higiene moral e física, preocupavam também a segurança das crianças - o trânsito de carruagens”(1998:83).

Comentando sobre a circulação das crianças na nova capital, Campos assinala:

Tendo em vista o sentido das “Unidades de Vizinhança”, pensou o Dr. Anísio Teixeira que as escolas seriam distribuídas de tal modo que as crianças caminhariam a pé, sem perigo, das respectivas residências para a escola ou jardim de infância, e, de retorno dessas unidades escolares às suas casas (apartamentos), sem interferência de veículos, cujo tráfego teria vias próprias (1990:154).

O plano educacional de Brasília, no que tange ao aspecto formal, apresenta características similares ao planejamento das políticas educacionais que Anísio Teixeira

formulara, anteriormente, para os estados do Rio de Janeiro e da Bahia, e que tiveram como substrato a projeção de diferentes tipos de construções escolares. Assim, além de delinear, em linhas gerais, os objetivos e as diretrizes básicas da proposta pedagógica, detém-se nas especificações relativas aos diferentes prédios e ambientes previstos para os novos complexos escolares. O pressuposto é que, mediante a descrição detalhada das características físicas da escola a ser edificada, estariam sendo traduzidos os meios e os modos pensados para o seu funcionamento, além de que, com a sua construção, ter-se-ia assegurada a estrutura material para o desenvolvimento da educação, nos moldes preconizados⁶. Nessa perspectiva, Viñao Frago e Escolano afirmam que:

Arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (1998:26).

Em relação ao conteúdo, o plano apresenta as seguintes características: a) não se atém ao ensino primário, mas se refere ao sistema educacional como um todo, abrangendo os diferentes níveis de escolarização, desde o elementar ao superior, numa perspectiva de continuidade; b) concebe a proposta pedagógica a partir da consideração de diferentes objetivos e funções atribuídas à escola, em face das mudanças sociais decorrentes do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, tendo em vista a formação do novo homem para a vida na sociedade moderna.

É o que diz expressamente a citação abaixo transcrita:

Como as necessidades da civilização moderna cada vez mais impõem obrigações à escola, aumentando-lhe as atribuições e funções, o plano consiste – em cada nível de ensino, desde o primário até o superior ou terciário, como hoje já se está a chamar – num conjunto de edifícios, com funções diversas e considerável variedade de forma e de objetivos, a fim de atender a necessidades específicas de ensino e de educação e, além disso, à necessidade de vida e convívio social (Teixeira, 1961:195).

Fica explícito, assim, o propósito de implantar na capital do País um sistema de ensino dotado de escolas adequadas à sociedade moderna. É necessário precisar, porém, a que sociedade se refere e que tipo de escola seria essa.

Para o exame dessas questões há que se recorrer aos escritos de Anísio Teixeira no período. Em seu artigo “Estado atual da educação” (1960), a premissa da qual parte é a de que o estado moderno se define como o estado dominado pela lei para todos e pelo

⁶ Desde os anos 30, havia uma preocupação de Anísio com relação à organização do espaço escolar, preocupação que certamente se aguçou ao visitar as escolas americanas e verificar que a realidade era bem diversa da nossa.

conseqüente espírito de respeito ao interesse público e não ao privado. Nesse contexto, o sistema de educação do estado democrático tende a assumir nova feição – uma vez que se modifica em seus fins e formas de atuação -, distanciando-se, desse modo, do sistema anterior, que se estruturava para assegurar os privilégios dos grupos dominantes da sociedade. Assim,

O sistema de educação do estado democrático moderno não é tal sistema (...) mas o de escolas públicas destinadas a oferecer oportunidades iguais aos indivíduos e ministrar-lhes educação para o que se costuma chamar de *eficiência social*, ou seja, o preparo para o exercício das suas funções sociais de cidadão, de trabalhador (concebido o termo sem nenhuma conotação de classe) conforme as suas aptidões e independente de suas origens sociais, e de *consumidor* inteligente dos bens materiais e espirituais da vida. Esta educação tem, pois, toda ela, e em todos os seus estádios, os objetivos que antes se dividiam pelos diferentes sistemas escolares: o de cultura geral, o de formação prática ou vocacional, o de formação profissional e o de formação para o lazer. Daí constituir-se um sistema contínuo, integrado e aberto a todos, em condições de igualdade de oportunidades (Idem, p.11).

Trata-se, pois, de estruturar um sistema de educação único, democrático, acessível a todos, independentemente da classe social, centrado no indivíduo e no desenvolvimento de suas potencialidades e sem a velha dicotomia entre formação geral e formação especial, entre formação para o trabalho e formação para o lazer, enfim, entre o útil e o ornamental, que tem caracterizado a educação brasileira ao longo do tempo. Assim, para transformar um sistema de educação discriminatória, de privilégios, em um sistema de educação democrático, igualitário, conforme era a pretensão manifesta de Anísio Teixeira, a instituição escolar teria de ser repensada em seus fundamentos, alterando seus objetivos, a sua organização e os modos de funcionamento. Vejamos, a partir do plano educacional, as propostas formuladas, com essa finalidade, para o sistema de educação da nova Capital.

a) Educação comum e educação especializada

O forte vínculo da escola com o meio social tem sido, ao longo do tempo, um dos principais fundamentos de Anísio Teixeira, ao postular a revisão no modelo vigente. A escola, vista como uma “agência social específica de preparação das crianças para a sua plena participação na vida social” (Moreira, 197:161), deve permanentemente adequar-se à sociedade na qual se insere. Educação e sociedade para Anísio não se desvinculam. Na condição de intelectual liberal, entendia que o papel da escola era ir ao encontro das “necessidades materiais e espirituais impostas pelo ritmo de desenvolvimento da sociedade” (Barreira, 1989:33).

Anísio defendia a tese de que a educação deveria assumir prioridade nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento. Afinal, não era à escola que cabia a árdua tarefa de preparar a criança para a civilização técnica e industrial, que se encontrava em permanente mutação?

Essa escola, segundo as suas análises, não seria, obviamente, a que se instituiu na sociedade agrária, destinada a uma minoria privilegiada – as *elites do lazer* -, às quais cabia tão somente aprender e preservar a cultura, enquanto a maioria da população aprendia diretamente na vida e no próprio trabalho. Nem seria, ainda, a que se configurou nos primórdios da sociedade industrial, que operava na base de alta organização e com o operário reduzido à “mão de obra”. A demanda, então, era por uma escola comum para todos – a escola primária -, para ensinar a ler, escrever e contar, conhecimentos esses que se tornaram imprescindíveis para o próprio trabalho.

Na percepção de Anísio, a escola, nos tempos atuais, tenderia outra vez a modificar-se, em função das novas necessidades geradas pela sociedade, que a cada dia vai-se tornando mais complexa, com novas formas de organização do trabalho produtivo e de relações sociais. O desenvolvimento tecnológico em curso transforma as condições de trabalho, mediante o emprego de maquinaria complexa e a decorrente automação do processo produtivo, provocando mudanças na natureza do trabalho e no perfil do trabalhador, que deixa de ser “mão-de-obra” para ser “cabeça”, “mente” de obra (Teixeira, 1976: 365).

Assim, as mudanças da sociedade e do trabalho humano trazem novas exigências educacionais para a formação do homem comum, já que essa não poderia limitar-se à mera aquisição dos conhecimentos rudimentares até então previstos para a escola primária. Para tornar-se capaz de *compreender e pensar* - e não somente *fazer* -, a educação escolar do homem comum teria de ser obrigatoriamente mais longa, com objetivos mais abrangentes, visando a proporcionar-lhe sólida formação geral e a aquisição de hábitos e atitudes desejáveis para o trabalho humano e a vida na sociedade moderna.

O plano educacional de Brasília aponta nessa direção, com referência à educação comum e obrigatória, destinada a todos, distinguindo-a, porém, da educação especializada, que se destina a formar os diversos quadros ocupacionais do país (Teixeira, 1961:197). A formação do cidadão tende, agora, a adquirir uma nova

dimensão e a assumir diferentes finalidades. Em seu artigo intitulado “A educação comum do homem de hoje” (1976)⁷, Anísio Teixeira tece considerações a respeito:

Cada vez mais precisa o homem, para viver na sociedade artificial e complexa, em que se acha inserido, de uma boa educação intelectual, que, à falta de outro nome, chamaríamos de geral, seguida ou complementada de aprendizagens de natureza ocupacional, destinadas a lhe dar emprego ou trabalho. Graças àquela educação geral, a sua posição em relação ao trabalho ou emprego se fará muito flexível, habilitando-o a melhorar, aperfeiçoar-se e mudar mesmo de setor profissional. Isso quanto à educação comum. Quanto à especial, precisamos, como nunca, a equipe dos que irão não tanto guardar mas aumentar o conhecimento humano, os pesquisadores; depois os organizadores, administradores e diretores – os verdadeiros maestros, mestres das grandes orquestrações do trabalho moderno; finalmente, em substituição da antiga classe de lazer, preparar os poetas e os artistas, isto é, os profissionais destinados a interpretar e dar significação, a nos dizer do sentido e do valor da vida e do esforço humano... (Teixeira, 1976: 364).

Essa dupla possibilidade de formação não quer significar, no entanto, o retorno às antigas discriminações. A educação, concebida para se desenvolver ao longo da vida, teria um período de escola mais curto ou mais longo, dependendo do indivíduo que, por sua vontade ou pela sua capacidade, se dispusesse a um patamar ou outro. Assim, embora se distinguindo mutuamente, a educação geral e educação especial de certa forma se confundem, formando uma unidade na formação, ou seja: “a educação geral sendo sempre necessária e a especial correspondendo a um esgalhar-se dessa educação geral, conforme o nível e o ramo de ocupação a que desejasse o homem se devotar” (Idem, p.366).

b) Centros de Educação e não ‘apenas’ Escolas

O sistema de educação proposto para Brasília seria constituído pelos seguintes tipos de instituições escolares: a) Centros de Educação Elementar, integrado por Jardins da Infância, Escolas-classe e Escolas-parque; b) Centros de Educação Média, destinados à Escola Secundária Compreensiva e ao Parque de Educação Média; c) Universidade de Brasília, composta de Institutos, Faculdades e demais dependências destinadas à administração, biblioteca, campos de recreação e desportos (Teixeira, 1961:195-196)⁸. Anísio salienta que “do ponto de vista das construções, o programa constitui um desafio aos arquitetos de Brasília, oferecendo-lhes a oportunidade para a concepção de novos e

⁷ Esse artigo foi publicado pela primeira vez no Correio do SENAC, em setembro de 1960.

⁸ Exceto a Universidade de Brasília, cuja criação foi objeto de plano específico, elaborado por intelectuais ligados ao INEP, as demais instituições tiveram as suas diretrizes e especificações estabelecidas no plano de construções escolares.

complexos conjuntos escolares”(Idem).O plano educacional foi ajustado às peculiaridades urbanísticas de Brasília, com a colaboração de Lúcio Costa (Kubitschek, 2000:142). Assim, como a nova Capital é construída em quadras, e cada quadra abrigaria uma população variável de 2.500 a 3.000 habitantes, a população escolarizável para os níveis elementar e médio foi calculada segundo essa projeção. Assim: 1) para cada quadra: a) 1 jardim da infância, com 4 salas, para, em 2 turnos de funcionamento, atender a 160 crianças (8 turmas de 20 crianças); b) 1 escola-classe, com 8 salas, para, em 2 turnos, atender a 480 alunos (16 turmas de 30 alunos); e, 2) para cada grupo de 4 quadras: a) 1 escola-parque, destinada a atender, em 2 turnos, a cerca de 2.000 alunos de 4 escolas-classe, em atividades de iniciação para o trabalho (para alunos de 7 a 14 anos), nas pequenas oficinas de artes industriais (tecelagem, tapeçaria, encadernação, cerâmica, cartonagem, bordado e trabalhos em couro, lã, madeira, metal, etc.), além da participação dirigida dos alunos de 7 a 14 anos em atividades artísticas, sociais e de recreação (música, dança, teatro, pintura, exposições, grêmios, educação física). Além dos pavilhões e salas-ambiente para o desenvolvimento dessas atividades, constava ainda a construção de dependências para refeitório e administração, além de pequenos conjuntos residenciais, para jovens de 7 a 14 anos, sem família, sujeitos às mesmas atividades que os alunos externos.

No que tange ao nível médio, a previsão era de um Centro de Educação Média para cada grupo populacional de 45.000 habitantes (Idem, p.143). Cada Centro seria constituído de um conjunto de edifícios, para abrigar cerca de 2.250 alunos de 11 a 18 anos, de forma a adequar-se ao exercício das atividades programadas. Assim, a arquitetura escolar previa: centro cultural, teatro e exposições; biblioteca e museus; centro de serviços gerais; escola média compreensiva, incluindo ginásio, colégio, escola comercial, técnico-industrial, curso normal ou pedagógico e escola agrícola; centro de educação física e esportes em geral.

Dada a abrangência do programa, é utilizado o termo *Centro* no lugar de *Escola*.

Já não se trata de escolas e salas de aula, mas de todo um conjunto de locais, em que as crianças se distribuem, entregues às atividades de ‘estudo’, de ‘trabalho’, de ‘recreação’, de ‘reunião’, de ‘administração’, de ‘decisão’ e de vida e de convívio no mais amplo sentido desse termo. A arquitetura escolar deve assim combinar aspectos da ‘escola tradicional’ com os da ‘oficina’, do ‘clubes’ de esportes e de recreio, da ‘casa’, do ‘comércio’, do ‘restaurante’, do ‘teatro’, compreendendo, talvez, o programa mais complexo e mais diversificado de todas as arquiteturas especiais (Teixeira, 1961:197).

É tal a amplitude e a complexidade do Centro de Educação Elementar que Anísio o compara a uma Universidade Infantil (Idem, p.195). Essa grandeza também se reproduz no Centro de Educação Média, que passa a ter a responsabilidade por um programa consideravelmente diversificado. Ao justificar a criação de “centros”, Anísio pondera que nos diferentes níveis de ensino as instituições devem ser

organizadas tendo em vista constituírem-se verdadeiras comunidades, com as suas diversas funções e considerável variedade de atividades, a serem distribuídas por um conjunto de edifícios e locais a lembrar, tanto no nível primário, como no secundário ou no superior, verdadeiros conjuntos universitários (Teixeira, 1962:27).

c) Educação primária integral

No plano educacional de Brasília é retomada a idéia de Escola-Parque e das Escolas-Classe, que constituíram o cerne da política educacional proposta e executada por Anísio Teixeira, na Bahia, e que se materializou como a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, concebido com o primeiro centro de demonstração do ensino primário no País. A iniciativa, que, segundo as palavras do grande educador, foi “uma tentativa de se produzir um modelo para a nossa escola primária” (Teixeira, 1967:247), agora, seria adotada na nova Capital. Diferentemente daquela experiência pioneira de educação primária, que, nos 50, fora implantada numa das chamadas “invasões”, onde morava uma população em situação de extrema pobreza, percorridos dez anos, experiência similar seria instalada no centro administrativo e político do País, destinada a todas as classes sociais, “de forma a permitir que um filho de ministro de Estado estudasse, lado a lado, de um filho de operário” (Kubitschek, 1960:141).

A escolarização seria iniciada no Jardim de Infância, para crianças de 4 a 6 anos de idade e, em seguida, os alunos ingressariam na Escola-Classe, concebida para a educação intelectual sistemática de alunos de 7 a 14 anos, complementando, paralelamente, a sua formação na Escola-Parque, com vistas ao desenvolvimento artístico, físico e recreativo e sua iniciação para o trabalho. A idéia básica nessa concepção, segundo explicita o plano, é “juntar o ensino propriamente intencional, da sala de aula, com a auto-educação resultante de atividades de que os alunos participem com plena responsabilidade” (Teixeira, 1961:197). Nessas condições,

a criança, além das quatro horas de educação convencional, no edifício da escola-classe, onde aprende a estudar, conta com outras quatro horas de atividades de trabalho, de educação física e de educação social, atividades

em que se empenha individualmente ou em grupo, aprendendo, portanto, a trabalhar e a conviver (Idem).

Configura-se, assim, a idéia de uma educação integral, que se volta para o indivíduo em todas as suas dimensões. A escola completa, rica, variada, formativa por excelência e integrada ao espaço vivificante do mundo, possibilitaria aos alunos participação em experiências educativas diversificadas, pelas quais se habilitariam para a ação inteligente em sua vida. Para isso a jornada escolar se estenderia, necessariamente, para oito horas diárias, “tempo para se fazer uma escola de formação de hábitos de vida, de comportamento, de trabalho e de julgamento moral e intelectual” (Teixeira, 1957:4).

A sua organização far-se-ia em termos de escola-comunidade, mediante um currículo de aprendizagem por participação, o que transformaria a escola em local de vida e de atividades adequadas às idades. Para Anísio, a filosofia da escola consistia em “oferecer à criança um retrato da vida em sociedade, com as suas atividades diversificadas e seu ritmo de ‘preparação’ e ‘execução’, dando-lhe as experiências de estudo e de ação responsáveis” (Teixeira, 1962:25). Numa sociedade como a brasileira, marcada pelo subdesenvolvimento e intensa estratificação social, a escola não poderia mais ser uma instituição simples, e a escola primária era a instituição que, no seu ponto de vista, deveria promover a igualdade de oportunidades, essência do regime democrático.

d) Ensino médio: preparação para o trabalho e continuidade dos estudos

A idéia presente na organização do ensino médio é a de reunir, num único Centro, todos os cursos de grau médio, permitindo maior sociabilidade aos jovens, que, embora freqüentando classes diferentes, tivessem, em comum, atividades na biblioteca, na piscina, nos campos de esporte, nos grêmios, no refeitório, etc. Nesse sentido, o plano educacional de Brasília previa a construção de seis blocos construtivos agrupados em torno de uma praça central. (Teixeira, 1961:198).

O Centro de Ensino Médio destinava-se a oferecer a cada adolescente a real oportunidade para cultivar o seu talento, tendo em vista dupla finalidade: preparar-se diretamente para o trabalho ou prosseguir a sua educação no nível superior (Idem, p. 195). Tratava-se, assim, de reconfigurar o ensino secundário, de caráter enciclopédico e ‘supostamente’ propedêutico ao ensino superior, que, na opinião de Anísio, falhava inclusive na finalidade de cultura geral, em face da uniformidade, do aligeiramento e da fragmentação, afora a prática de métodos obsoletos de memorização, a imposição de

conhecimentos inertes e o formalismo das notas e dos exames. Numa nação moderna, em que o curso secundário não se destina a poucos, mas a todos os jovens, impunha-se modificar sua finalidade e objetivos (Teixeira, 1958:1).

No lugar do ensino uniforme, a perspectiva de Anísio era adaptar a escola aos tipos de inteligência e aptidão dos alunos, tendo em vista atender as diferenças individuais. Basicamente, propunha três modalidades de estudos: a) curso geral prático, comum, para todos ou para a grande maioria, visava a ministrar cultura geral, com ênfase na língua vernácula e literatura brasileira, nas matemáticas e nas ciências físicas e sociais aplicadas; b) cursos enriquecidos com línguas estrangeiras e estudos teóricos, como desdobramento do primeiro, para aqueles que se mostrassem interessados ou capazes de estudos dessa natureza; e, c) cursos técnicos para os inclinados à especialização tecnológica. Os exames vestibulares, aberto a todos os alunos, visariam a apurar antes a capacidade intelectual do que a erudição para o ensino superior (Idem: 2).

A nova concepção do ensino médio apontava para uma educação extensiva, de dedicação exclusiva. Nesses termos,

Todos os estudos, de verdadeira e autêntica formação para o trabalho, seja o trabalho intelectual, científico, técnico, artístico ou material, dificilmente podem ser estudados em tempo parcial, dificilmente podem ser feitos em períodos apenas de aula, exigindo além disso e, sempre, longos períodos de estudo individual – e para tal grandes bibliotecas, com abundância de livros e de espaço para o estudante – longos períodos de prática em laboratórios, salas-ambiente, ateliês, etc., e longos períodos de convivência entre os que estão formando e os professores. Somente com professores de tempo integral e alunos de tempo integral poderemos formar esses trabalhadores de nível médio (...) (Teixeira, 1957:17).

O processo de diversificação de funções e ocupações da sociedade moderna industrial estar-se-ia constituindo em fator determinante para a proposta de uma educação mais prolongada e mais variada. Daí a necessidade de reorientação da escola no sentido de torná-la uma escola de trabalho e de preparo real.

Considerações finais

As propostas educacionais formuladas por Anísio Teixeira estão essencialmente voltadas para a educação do homem comum, cujo percurso progressivo, a partir do ensino primário integral, se prolongaria no ensino médio, não mais propedêutico, mas autônomo, com os seus ramos de estudos diversificados, mas equivalentes, com grande

variedade de currículos e programas. O seu propósito era elevar a educação das camadas populares a um novo patamar, bem como adequá-la às necessidades de uma sociedade em processo acelerado de desenvolvimento. O ensino superior caracterizar-se-ia como um corolário para aqueles mais capazes e que manifestassem vontade de prosseguir seus estudos.

Apesar da ênfase ao ensino primário integral, cujo modelo Anísio já havia proposto para a Escola Parque, em Salvador, a proposta para Brasília contempla os três níveis de ensino que compõem o sistema educacional. Apesar do seu caráter progressista e moderno, o plano educacional de Brasília sofreu críticas e resistências, inclusive nos círculos da Novacap, principalmente por aqueles contrários a inovações. Como expõe Silva “(...) os eternos inimigos do progresso lançariam mão de todos os recursos para destruírem tais idéias rejuvenescedoras”. (Silva, 1999:227)

Não obstante, o apoio do Presidente da República a esse plano foi incondicional. Consoante as suas palavras, tratava-se de uma experiência “ousada, original e ajustada ao mundo em que vivemos.” (Kubitschek, 2000:143). Mediante a sua autorização, o então Ministro da Educação, Clóvis Salgado, incluiu no orçamento do seu Ministério as verbas necessárias para a execução do plano, permitindo dar-se início, em 1958, à construção das primeiras escolas. (Idem).

Dessa forma, ainda em 1959, foi inaugurada a primeira escola-classe, na superquadra 308 sul, estando previsto que, por ocasião da inauguração de Brasília, estariam concluídas as obras de três outras escolas-classe, localizadas, respectivamente, nas superquadras 108, 206 e 106 sul; a da Escola-Parque, construída entre as superquadras 307 e 308 sul; e a do Centro de Educação Média, situada na chamada “zona das grandes áreas”⁹.

A implantação dessas escolas na capital do País constitui evidência de que se buscou a concretização do plano educacional. Em que medida ele foi posto em prática, como se deu a sua implantação, qual o seu significado, quais as suas prováveis repercussões, são questões a serem, ainda, analisadas e que, embora fujam aos objetivos propostos neste estudo, constituem indagações instigantes para futuras pesquisas.

Referências Bibliográficas

⁹ Dados extraídos do Relatório da Comissão Executiva da CASEB, datado de 19 de janeiro de 1960.

BARREIRA, Luis Carlos. (1989). *O dependentismo e o desenvolvimento na reflexão de Anísio Teixeira sobre a educação escolar brasileira*. Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (Mestrado em Filosofia e História da Educação).

_____. (2000). Escola e Formação de mentalidade do desenvolvimento no discurso político-pedagógico de Anísio Teixeira. In: SMOLKA, Ana Luiza Bustamonte e MENEZES, Maria Cristina (orgs.). *Anísio Teixeira 1900-2000: Provocações em educação*. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco.

CAMPOS, Paulo de A. (1990) *Temas e teimas em educação*. Imprensa Universitária da UFF.

KUBITSCHKE, Juscelino, (2000). *Porque construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

LOURENÇO FILHO. (1960). Brasília e a Educação Nacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 33 (78): 171-176, abr./jun.

COSTA, Lúcio. (1984). Memorial descritivo do plano piloto. In: *A origem do sistema educacional de Brasília*. Projeto de Arquivo da Memória da Educação em Brasília. Brasília: GDF-SEC-DEPLAN

MENDONÇA, Ana Waleska (1997). O CBPE: um projeto de Anísio Teixeira. In: MENDONÇA, Ana Waleska e BRANDÃO, Zaia (orgs.) *Porque não lemos Anísio Teixeira?: Uma tradição esquecida*. Rio de Janeiro: Ravel.

SILVA, Ernesto. (1999). História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília: Linha Gráfica Editora.

TEIXEIRA, Anísio. (1952). Discurso de posse do Professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 17(46):71, jan./mar.

_____. (1957). A Escola brasileira e a estabilidade social. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 28 (67):3-29, jul./set.

_____. (1958). O ensino secundário. *Boletim Informativo CAPES*. Rio de Janeiro, (66):1-2, maio.

_____. (1961). Plano de Construções Escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 35 (81): 195:199, jan./mar.

_____. (1962). Uma experiência de educação primária integral no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 38 (87): 21-33, jul./set.

_____. (1963). Estado atual da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 39 (89): 8-16, jan./mar.

_____. (1967). A Escola Parque da Bahia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 47 (106): 246-253, abr./jun.

_____. (1976). *Educação no Brasil*. 2ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INEP/MEC.

_____. (1976). A educação comum do homem de hoje. In: *Educação no Brasil*. 2ed. Atualidades Pedagógicas, v.132. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL/MEC, p. 362-366.

VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Augustin. (1998). *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro:DP&A.